

# O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia

The foundation and the relevance of social protection measures in custody hearings

Claudia Vieira Maciel de Sousa \*

**Resumo:** Implantadas no Brasil em 2015, as Audiências de Custódia trouxeram imediatidade ao processo penal e instituíram um giro hermenêutico na atuação do magistrado quando do exame da prisão em flagrante. No entanto, apesar do tempo em curso no país, ainda remanescem grandes desafios para que atinja seus objetivos e alcance o potencial na promoção de direitos fundamentais. O presente estudo delimitou seu tema no fundamento legal/jurídico para a adoção das Medidas de Proteção nas Audiências de Custódia. Procedeu-se à abordagem qualitativa por intermédio da pesquisa descritiva e revisão bibliográfica, tendo sido ainda empregado o método dedutivo e dialético. Os resultados conduziram a intelecção de que as Audiências de Custódia introduziram um novo paradigma no âmbito da administração da justiça penal e, a promoção da proteção social, alinha-se aos standards internacionais de proteção aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** audiências de custódia; medidas de proteção social; sistema prisional; direitos humanos; justiça penal.

**Abstract:** Implemented in Brazil in 2015, Custody Hearings brought immediacy to the criminal process and instituted a hermeneutic turn in the magistrate's performance when examining arrests in flagrante delicto. However, despite the ongoing time in the country, major challenges remain for it to achieve its goals and reach its potential in promoting fundamental rights. The present study delimited its theme in the legal/juridical basis for the adoption of Protection Measures in Custody Hearings. A qualitative approach was carried out through descriptive research and bibliographical review, using the deductive and dialectical method. The results led to the conclusion that the Custody Hearings introduced a new paradigm in the field of criminal justice administration and, the promotion of social protection, aligns with international standards for the protection of human rights.

**Keywords:** custody hearing; social protection measures; prison system; human rights; criminal justice.

Recebido em: 30/11/2022

Aprovado em: 29/12/2022

Como citar este artigo:  
SOUSA, Claudia Vieira Maciel de. O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 4, n. 3, 2022, p. 59-80.

\* Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (UFRO). Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

## Introdução

Uma recorrente dúvida quando se aborda a temática audiência de custódia, refere-se ao fundamento para o enfrentamento e deliberações atinentes às medidas de proteção social, especialmente para o caso daqueles que são colocados em liberdade na referida solenidade, posto que as pessoas não permanecerão sob a custódia do Estado.

A hesitação é compreensível porque, até pouco tempo, escuta especializada e olhar individualizado à pessoa recém detida, de fato não integrava a prática dos juízes criminais. Ao examinar a comunicação de uma prisão, a preocupação primordial era a decisão quanto à homologação ou não e ainda a decisão quanto à conversão em preventiva ou a concessão de liberdade provisória.

Do mesmo modo, a dúvida para alguns surge ante o fato de que o Código de Processo Penal em nenhum dos seus dispositivos traz a expressa previsão de medidas desse jaez. No entanto, de outro norte, a Resolução CNJ nº 213/2015, já estabelecia as medidas de proteção social.

Assim, analisando o instituto, esta pesquisa traz as seguintes indagações: onde se insere a Medida de Proteção Social na previsão legal e na regulamentação das Audiências de Custódia? E ainda: para o sistema de Justiça, qual é a relevância da promoção da proteção social nas audiências de custódia?

Visando enfrentar os problemas traçados, o estudo delimitou o tema de pesquisa no fundamento legal/jurídico para a adoção das Medidas de Proteção nas Audiências de Custódia.

A pertinência da investigação subsume na relevância dessas medidas aos custodiados vulneráveis e na necessária difusão desta providência entre os atores do sistema de justiça, aos quais competirá uma especial e individualizada atenção às especificidades vivenciadas por cada custodiado.

Parte-se da premissa de que a precária oferta de políticas públicas não apenas impulsiona as desigualdades, mas também constitui uma das causas do aumento do colapso do sistema prisional, pois este não apenas se mostra incapaz de enfrentar os seus próprios e maléficos efeitos, como acaba por retroalimentar-se na equivocada cultura do encarceramento, admitindo esta como a principal via de combate à criminalidade.

O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia

Neste horizonte, a presente pesquisa tem como referencial a compreensão de que as oportunidades sociais aumentam a liberdade das pessoas, compreendendo-se aqui as condições para mudar o rumo das suas vidas e conseguir geri-la com dignidade (SEN, 2001).

O realce do estudo é reforçado frente à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil assumiu compromisso de cumprir metas, sendo que, dentre os dezessete objetivos detalhados na Agenda consta o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16), que impõe o esforço de garantir a todas as pessoas a igualdade de acesso à justiça, especialmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade, bem como prevenir e reduzir todas as formas de violência e combater as desigualdades.

A metodologia adotada no trabalho, quanto à abordagem, infere-se em uma análise qualitativa por intermédio da pesquisa descritiva e revisão bibliográfica, tendo sido ainda empregando o método dedutivo e dialético.

O estudo foi dividido em três capítulos. Objetivando satisfazer um dos problemas da pesquisa, que é compreender onde se insere a Medida de Proteção Social na previsão legal e na regulamentação das Audiências de Custódia, o primeiro capítulo traz uma retrospectiva da sua implantação no Brasil, fazendo destaque à previsão normativa internacional.

O segundo capítulo traz ao debate a questão das vulnerabilidades sociais e o próprio sistema prisional como variantes do fator criminógeno. Este capítulo teve por escopo responder o segundo problema do estudo, qual seja, a relevância para o sistema de Justiça, da promoção da proteção social nas audiências de custódia.

A fim de clarificar quais seriam as possíveis medidas de proteção sociais possíveis de serem aplicadas nas audiências de custódia, o último capítulo aborda algumas situações de vulnerabilidades sociais e aponta as medidas realizáveis. O capítulo traz como fechamento algumas reflexões sobre os desafios à efetividade das medidas de proteção social.

Os estudos endossam a inferição quanto à complexidade da temática criminalidade e sistema prisional e reforçam a compreensão de que possíveis soluções ao sistema prisional demandará o enfrentamento de alguns dos problemas que tem estimulado o ingresso, como a permanência de pessoas na criminalidade.

À guisa de conclusão o trabalho destaca os desafios existentes para a devida observância às individualidades e contexto de vida dos custodiados e a promoção, quando o caso, das ações de cuidado, cidadania e inclusão social.

## 1. Audiências de custódia: da apresentação à porta de entrada do sistema prisional

A Audiência de Custódia é o primeiro ato de apresentação da pessoa presa à Justiça Criminal e, poderá ser também, a porta de entrada do Sistema Prisional, caso a prisão em flagrante seja convertida em prisão preventiva ou se trate de cumprimento de mandado de prisão<sup>1</sup>.

Na solenidade de apresentação do preso, caberá ao magistrado aferir a legalidade e regularidade da prisão; avaliar a aplicação das medidas cautelares diversas<sup>2</sup>; converter a prisão em preventiva (caso tenha sido ofertada a representação)<sup>3</sup>; ou ainda, conceder a liberdade provisória com ou sem fiança. Mas, como se verá adiante, não é só a isso que se resume a solenidade.

Nos casos de relaxamento da prisão ou concessão de liberdade, com ou sem medidas cautelares diversas da prisão, a solenidade sumariza na apresentação, mas nem por isso significa que a atuação do magistrado está abreviada, pois ainda assim medidas de proteção social poderão ser fixadas. Exemplificaremos com mais vagar adiante.

<sup>1</sup> A despeito do recente julgado do STJ que entendeu que a audiência de custódia só deve ser realizada para presos em flagrante (AgRg no Recurso em Habeas Corpus n.º 140995 - BA (2021/0002926-2 6ª Turma em 19/4/2022), oportuno destacar que a Quinta Turma possui entendimento diverso e, no mês anterior ao citado julgado, havia reafirmado o entendimento de que a Audiência de Custódia é “obrigatória em todas as modalidades prisionais, cautelar ou definitiva, conforme entendimento do STF.” (AgRg no RHC m. 151.388/GO, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 8/3/2022, DJE de 11/3/2022).

Vale ainda lembrar que a discussão quanto a AC ser cabível não apenas às prisões em flagrante delito já havia sido também deflagrada no STF. Como bem lembrado pela professora Lorena Ocampos, em decisão monocrática, o Ministro Luiz Edson Fachin entendeu que no julgamento da ADPF Nº 347, o plenário do tribunal havia fixado a obrigatoriedade da AC apenas para a prisão em flagrante delito. Contudo outros Ministros foram em sentido oposto, reconhecendo a obrigatoriedade da audiência de custódia para a prisão oriunda do cumprimento de mandado e, após a Lei 13.964/19 que introduziu a AC no código de processo penal, o próprio Ministro Edson Fachin mudou seu entendimento (Ocampos, 2022).

<sup>2</sup> Nos termos do Código de Processo Penal, a prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 do mesmo Código. E, consoante o art. 319: São medidas cautelares diversas da prisão: I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante; IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos; VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais; VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração; VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial; IX - monitoração eletrônica.

<sup>3</sup> Após a edição da Lei 13.964 de 2019, a prisão preventiva não pode mais ser decretada de ofício pelo juiz. A Lei que ficou conhecida como “pacote anticrime” alterou a redação do artigo 311 do CPP e agora para que o juiz decrete a referida prisão cautelar, deverá existir prévio requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia

Especificamente em relação às medidas cautelares diversas da prisão, a Resolução CNJ nº 213/2015 já previa em seu artigo 9º que na audiência de custódia para tal aplicação deveria ser levado em conta “a avaliação da real adequação e necessidade das medidas, com estipulação de prazos para seu cumprimento e para a reavaliação de sua manutenção”.

Também por esta razão, ou seja, para melhor estabelecimento das medidas cautelares diversas da prisão e para que sejam efetivamente medidas adequadas à pessoa do custodiado, de modo que tais medidas sejam passíveis de serem cumpridas, que as informações pessoais e sociais são relevantes. Um exemplo de uma medida desproporcional seria estabelecer uma medida cautelar diversa da prisão consistente no uso de monitoração eletrônica por um morador de rua, pois é evidente que para ele seria, no mínimo, muito custoso recarregar o equipamento.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é descortinar a Audiência de Custódia, a fim de desconstruir a ideia de que ela é apenas para avaliar indícios da prática de tortura ou maus tratos pela polícia, ou ainda como instrumento de política de desencarceramento.

Para além da racionalização da porta de entrada do sistema prisional, a audiência de custódia constitui como garantia e respeito aos direitos fundamentais e proteção ampla dos direitos humanos. Na referida solenidade, antes de decidir sobre o destino do custodiado, o magistrado tem o contato direto com o preso e toma ciência não apenas do fato e as circunstâncias que ensejaram a prisão, mas é também apresentada a pessoa do preso, seu histórico de vida, suas vulnerabilidades.

Seguindo o Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia (CNJ, 2020), o qual estabelece parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiado, antes da solenidade é realizada uma entrevista com o preso. Esta entrevista, que não se confunde com a entrevista reservada com a Defesa Técnica, tem por objetivo subsidiar o magistrado na tomada de decisão trazendo dados quanto à situação individual e social de cada pessoa custodiada apresentada à Justiça, revelando “determinantes sociais que incidem sobre a vida do sujeito a serem considerados no encaminhamento da pessoa para a rede de proteção social e na adequação de condições reais para aplicação de alguma das medidas cautelares diversas da prisão.” (CNJ, 2020, p. 29).

Para que se chegue à compreensão do alcance da custódia, o item a seguir rememora o processo de validação da obrigatoriedade da solenidade de apresentação do preso no Brasil.

*A implantação das audiências de custódia no Brasil*

Hodiernamente a audiência de custódia decorre de imposição legal nacional, pois a Lei 13.964/19 a introduziu no Código de Processo Penal em seus artigos 287 e 310. Contudo, a solenidade já poderia estar ocorrendo desde 1992 por força de normativas internacionais de Direitos Humanos.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) foi recepcionado pelo Brasil por meio do Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992 e a Convenção Americana de Direitos Humanos, entrou em vigor para o Brasil em 25 de setembro de 1992, conforme Decreto 678/1992 (BRASIL, 1992). Ambos os documentos internacionais estabelecem que toda pessoa presa deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade estabelecida em Lei (Artigo 9º, §3º do PIDCP e Artigo 7.5 da CADH).

Não obstante os documentos internacionais retro citados, até o ano de 2007 eles foram totalmente ignorados. A partir do referido ano, uma alteração no Código de Processo Penal passou a exigir a comunicação da prisão ao juiz, contudo o exame pelo magistrado se restringia a documentos, ou seja, às peças que compunham o Auto de Prisão em Flagrante Delito. A única hipótese que a pessoa presa era levada imediatamente à presença do juiz, era nos casos de prisão por crime inafiançável e o policial não exibia de pronto o mandado judicial (CPP, art. 287).

Um importante marco para a concretização das audiências de custódia em todo o país ocorreu com o lançamento, pelo Conselho Nacional de Justiça, do Projeto Audiência de Custódia. Em fevereiro de 2015 e, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tiveram início, em nível experimental, as primeiras audiências de custódia.

A princípio, as audiências de custódia paulistanas foram regulamentadas pelo Provimento Conjunto n. 03/2015 da Presidência do Tribunal de São Paulo e Corregedoria Geral da Justiça local. Meses mais tarde, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 213 (CNJ, 2015), estabelecendo assim diretrizes para a audiência de custódia em todo o território nacional.

Consoante a regulamentação do CNJ, toda pessoa presa, independentemente da motivação ou natureza do ato, deve, obrigatoriamente, em até 24 horas da comunicação do flagrante, ser apresentada à autoridade judicial competente, oportunidade na qual será ouvida sobre as circunstâncias nas quais aconteceu sua prisão ou apreensão.

Para além da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, a Resolução do CNJ balizou-se na decisão exarada na ADPF 347; na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5240;

O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia no relatório produzido pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU (CAT/OP/BRA/R.1, 2011); no relatório sobre o uso da prisão provisória nas Américas da Organização dos Estados Americanos; no diagnóstico quanto às pessoas presas, levantado pelo CNJ e o INFOPEN do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ); e Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Como se vê, a implantação da audiência de custódia no Brasil, pautou-se nos documentos internacionais e em documentos internos que evidenciaram problemas estruturais no sistema de justiça tais como o encarceramento em massa e a violência policial que atinge, especialmente, negros e pardos. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, confirmam que 74,4% das vítimas da violência letal praticada pela polícia são negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Nesta perspectiva, as audiências de custódia, além de atuarem na racionalização da porta de entrada do sistema prisional, via de consequência, acabam por desempenhar um papel importante na prevenção à tortura e maus tratos, pois a imediata apresentação da pessoa presa ao juiz, permitirá uma apuração mais eficiente das denúncias, aumentando assim as chances de responsabilização.

Mas como já adiantado, não é só a isso que se resume a audiência de custódia, pois o controle de convencionalidade exercido via ADPF 347, servindo a propósitos humanitários, ampliou a eficácia da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o que é de fato possível quando do enfrentamento da tutela coletiva nos tratados internacionais de direitos humanos (LIRA, 2015).

Assim, a referida ação, ao enfrentar o dano coletivo violador de direitos humanos, por meio do controle de convencionalidade, não apenas arregimentou o processo de implementação dos dispositivos do Tratado Internacional, mas aumentou a eficácia da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, fomentando medidas que assegurem a maior proteção dos ‘grupos minoritários que são expostos a situações de vulnerabilidade jurídica, social, econômica ou política.’ (ADPF 347).

Assente à ideia de que são indispensáveis intervenções em cada fase do ciclo penal, a começar pela porta de entrada do sistema prisional, a Resolução CNJ nº 213/2015 previu os encaminhamentos de natureza assistencial. A providência, decorre de um “dever-ser” da Justiça na prestação jurisdicional, uma vez que há uma expectativa de que a medida de proteção social pode servir como embargo a um início ou a repetição do ciclo de violência, o que a torna contributo no âmbito das políticas penais.

Este horizonte de preocupação que se inaugura na Audiência de Custódia, constitui um novo paradigma no âmbito da administração da justiça penal e, a promoção da proteção social, alinha-se aos standards internacionais de proteção aos direitos humanos (LANFREDI, 2022).

De fato, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 22 estabelece que:

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

A Magna Carta de 1988, por sua vez, estabeleceu novas bases para o Sistema de Proteção Social. Em seu artigo 194, a Seguridade Social foi definida como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988).

Promover a proteção social aqui tem o sentido de contribuir para que todos aqueles que precisam de ajuda tenham a oportunidade de recebê-la. Isso está alinhado não apenas com os direitos e garantias constitucionais, mas também com direitos humanos.

Tem-se ademais que o problema do sistema prisional, especificamente no correspondente ao alto número de pessoas encarceradas, envolve várias questões. E, além da questão do encarceramento em massa, como pontuado na ADPF 347, as falhas estruturais dos poderes públicos têm fracassado no planejamento e execução de políticas públicas, comprometendo o gozo dos direitos fundamentais, violando a dignidade da pessoa humana e, via de consequência, tornando-as marginalizadas (STF, 2015).

Assim, as deliberações afetas à proteção social que podem advir nas audiências de custódias, atendem a um dever que recai ao Poder Judiciário, dele exigindo uma postura diligente e proativa quando há indícios de violações de direitos fundamentais.

É cediço que o poder judiciário não integra os entes responsáveis pela gestão das políticas públicas assistenciais, mas pode atuar de forma colaborativa, indicando os vulneráveis que chegam ao sistema de justiça. Essa intervenção oportuniza não apenas acesso à proteção para aqueles que não foram outrora assistencialmente alcançados, mas como se verá a seguir, enfrenta diretamente uma das causas que impulsionam ou mantêm essas pessoas na criminalidade.



## 2. Fatores criminógenos

De um modo geral, todo mundo é responsável por suas escolhas e amarga as consequências das más opções que adota em sua vida. Os maiores e imputáveis, por sua vez, são penalmente responsáveis pelas ações que contrariam a Lei e, nesta linha de raciocínio, tem-se que o ingresso na criminalidade é também uma escolha.

Contudo, para alguns, esta e outras escolhas da vida são exigidas em circunstâncias e contextos bem distintos. E, conquanto não se possa reconhecer uma única hipótese como suficiente para explicar as causas que levam as pessoas a cometer crimes, ainda mais porque são vários os fatores criminógenos já identificados (CERQUEIRA; LOBÃO. 2004), algumas dessas teorias, como a da desorganização social (NÓBREGA JUNIOR, 2021) e da economia do crime, indicam algumas das variáveis que devem orientar o Estado na construção de ações que podem interferir decisivamente na dinâmica criminal, seja de uma determinada região ou de um grupo específico de pessoas.

Neste capítulo serão abordadas duas das variantes trazidas pela doutrina como fator criminógeno: vulnerabilidade social e o próprio sistema prisional.

A primeira variante tem especial relevância para este trabalho, pois está essencialmente relacionada às medidas de proteção social que podem ser deliberadas por ocasião das audiências de custódia, e que é o objeto central do nosso estudo. A segunda, como se verá adiante, reforça a necessidade de trabalhar a racionalização da porta de entrada do sistema prisional, pois podemos estar frente a uma solução mais eficiente que a almejada ressocialização na execução penal.

### *2.1 As vulnerabilidades sociais como uma das variantes do fator criminógeno*

A desigualdade social, tem se mostrado como um importante fator criminógeno, mormente em sociedades tão desiguais como a brasileira, onde as vulnerabilidades são acentuadas, a discriminação tem multífaces e a exclusão advém não apenas das questões econômicas, mas também do preconceito e de estigmas.

Acresce-se a isso que muitas pessoas vivem ou cresceram dentro de um contexto de violência, por vezes no próprio lar e, seus pais, como alerta a psicóloga Gláucia R. Vianna: “também sofreram violências e não conhecem outra forma de educar seus filhos. Esses fatores

dificultam, ou até inviabilizam que esse sujeito possa realizar outras escolhas que não seja a prática de crime.” (VIANNA, 2015).

Claro que não são todos os envolvidos em atos criminosos que foram vítimas de exploração e desigualdades sociais na infância, mas estudos têm mostrado que grande parte dos jovens que adentram ao submundo do crime, vêm de famílias desajustadas ou, em algum momento da vida, estiveram em situação de vulnerabilidade, exclusão, ou foram vítimas também da violência (PENTEADO FILHO, 2020).

Pesquisa desenvolvida pelo professor José Maria P. da Nóbrega Júnior confirmou a hipótese de que as cidades com menor vulnerabilidade social possuem as menores taxas de violência homicida (NÓBREGA JÚNIOR, 2021). A pesquisa comparou o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que é utilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cotejando-o com os dez municípios mais violentos e menos violentos do Brasil, assim considerados, conforme correspondência com a taxa de homicídio registrados por grupo de 100 mil habitantes.

O IVS é um indicador multivariado, pois vai além da concepção de pobreza entendida como insuficiência de recursos monetários e, a despeito do levantamento ter sido realizado exclusivamente em relação a um tipo específico de violência, qual seja o homicídio, ainda assim trouxe um resultado que alerta para as consequências das vulnerabilidades sociais na produção da violência, pois como bem alertou o pesquisador, o IVS “é um indicador que serve para medir diversas variáveis sociais e, também, teorias como as da desorganização social (SUTHERLAND, 1939) e da economia do crime (BECKER, 1968)” (NÓBREGA JÚNIOR, 2021, p.2).

Uma outra importante pesquisa analisou as variantes propulsoras da delinquência juvenil brasileira enfocando a influência de fatores exógenos na criminalidade, assim compreendidos como as afetações sociais e ambientais que favorecem alguns comportamentos humanos (TORRES, *et all*, 2022). Para tanto, analisou dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea em relação aos jovens encaminhados para cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. O resultado deste estudo apontou que, não obstante a situação de pobreza não seja a única responsável pelo crescente número de delinquentes juvenis, a vulnerabilidade social e econômica tem impulsionado esses jovens a se lançarem na criminalidade.

Diferentemente da primeira pesquisa citada, esta última mostrou que o principal crime cometido por esses adolescentes é o roubo, ou seja, crime contra o patrimônio. O resultado conduziu à ilação de que esses jovens, sujeitos às mais diversas vulnerabilidades sociais, acabam

O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia lançando-se no mundo do crime no afã de satisfazer as necessidades de subsistência digna, melhora das condições, como também acesso ao lazer.

Importante destacar que, para além das diversas teorias que explicam as causas da criminalidade tem-se que, como se infere do que trazido até aqui, a vulnerabilidade social é uma variável muito importante, pois a vulnerabilidade social é também a hipossuficiência socioeconômica e relacional de determinada parcela da população que, diante de poucos recursos, vê-se privada em necessidades básicas como educação, renda, trabalho, saúde, moradia, dentre outros. Esta condição acaba incrementando uma situação de risco que torna a pessoa inábil para se desenvolver de forma digna dentro da sociedade, pois ela acaba não tendo acesso a oportunidades, sejam elas oferecidas pelo mercado, sociedade ou o próprio Estado.

O nobel de economia, Amartya Sen, alerta que a pobreza, exclusão social e o agravamento das vulnerabilidades sociais comprometem a liberdade de escolha das pessoas e estas, por consequência, acabam perdendo o protagonismo de suas próprias vidas (SEN, 2001).

Neste contexto, essas pessoas acabam sendo marginalizadas e, via de consequência, captadas ou empurradas para a criminalidade, sendo que, em muitos casos há o envolvimento com drogas, seja no consumo ou no comércio (FALEIROS, 2021) e, em uma ou outra situação, acaba dificultando ainda mais, pois quanto mais elas se envolvem com coisas ilícitas, elas vão desagregando do pertencimento social (VIANNA, 2015).

Digno de nota que, muitas pessoas, em razão de conflitos familiares e outros problemas, passam a viver em situação de rua, ficando cada vez mais vulneráveis, sendo que, quanto mais tempo ficam nesta situação, mais propensos ficam ao uso abusivo de álcool e drogas (PANADERO-HERRERO; MUÑOZ-LOPES, 2014).

À vista de tudo que aqui abordamos, reforça a compreensão de que, em uma sociedade desorganizada, onde impera a ineficiência e até mesmo a ausência de políticas públicas específicas para prevenção da violência, como por exemplo as de fomento à diminuição da desigualdade social, de atenção especial aos jovens por meio de medidas socioeducativas, de profissionalização, de saúde - seja preventiva para combater o uso de drogas ou para tratamento - acaba por germinar a violência e a favorecer não apenas o circuito repetitivo do crime, como a sua perpetuação, visto que a pessoa não consegue deixar o mundo do crime e alçar uma colocação digna na sociedade.

O encarceramento e os efeitos dele decorrentes é a segunda variante que será tratada neste estudo. Como será visto a seguir, ela acaba por constituir um reforço à importância de se trabalhar as medidas de proteção social nas audiências de custódia, vez que se evidencia mais expedito

oportunizar que vulneráveis sejam assistidos, de modo a diminuir as chances de que venham a se envolver com crimes ou ainda barrar uma escalada criminosa, do que lançar mão desse expediente que tem potencial para contribuir com uma política de prevenção ao crime.

## *2.2 O Sistema Prisional e o agravamento da marginalização*

Se por um lado há os problemas sociais que empurram os vulneráveis para a criminalidade e dificultam a mudança de vida, noutro norte há um sistema prisional que, conquanto eficientemente punitivo, não consegue fazer cumprir um dos objetivos da execução penal que, nos termos do artigo 1º da Lei de Execução Penal é: “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (LEP, 1984).

O sistema penal no Brasil, enquanto resposta estatal ao crime, tem se mostrado pouco efetivo quando analisada sobre a perspectiva da ressocialização e, deveras pesado enquanto punição e retribuição: presídios superlotados, condições desumanas e a inefetividade em preparar o preso para ser reinserido na sociedade. Tudo isso faz das unidades prisionais depósitos humanos que acabam por incrementar a desigualdade e minorar as possibilidades desta pessoa ocupar uma posição digna na sociedade.

O tratamento degradante recebido dentro dessas unidades, tem ainda como consequência a revolta e o ressentimento e traz também um paradoxal resultado que é o reconhecimento, pois essa pessoa terá uma inserção alienada e marginal e passará a ocupar uma posição no meio do crime (VIANNA, 2015).

Incrementando a complexidade do sistema criminal, tem-se a evidência de que egressos, ainda que tenham satisfeito a sua obrigação para com a sociedade e à justiça, ainda assim, enfrentam barreiras das mais diversas. O estigma que os acompanha, em muitos casos, poderá colocá-lo em situação mais desfavorável daquela quando da sua entrada, pois “no âmbito das relações sociais, o egresso do Sistema penitenciário é visto como um bandido em potencial. Isso mina quase todas as possibilidades de ascensão social...” (VIANNA, 2015, p.118).

Não por outra razão que César Roberto Bittencourt aponta a prisão como fator criminógeno fazendo destaque que “a prisão, em vez de frear a delinquência, parece estimulá-la, convertendo-se em instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidade” (BITTENCOURT, 2017, p.179).

A ineficiência do sistema prisional, decorrente de fatores materiais, como a exemplo as instalações precárias, superlotação, alimentação e produtos de higiene insuficientes; e fatores psicológicos, gerados por maus tratos ou pela violência dentro do sistema e outras circunstâncias; bem como fatores sociais, advindos da quebra de vínculos e da concepção de pertencimento da coletividade, fazem da experiência do cárcere uma variante para o fator criminógeno (BITTENCOURT, 2017). E ao que parece, os índices apontados para a reincidência criminal corroboram com esta conclusão.

O Conselho Nacional de Justiça, ao desenvolver uma pesquisa específica sobre a reentradas e reiterações infracionais, ou seja, infrações cometidas por menores de dezoito anos, realizou estudos complementares que indicaram que a taxa de reincidência entre presos adultos é de 42% (CNJ, 2019).

Para o estudo, foi considerada a reincidência criminal na concepção estritamente legal, ou seja, fazendo-se alusão à condenação subsequente a uma outra que já transitada e no lapso temporal de cinco anos anterior à prática do novo ato julgado. Em novo recorte, foi então confrontado o repositório de dados entre execuções penais baixadas ou processos julgados em 2015 sendo então computadas as novas condenações que advieram aos mesmos presos até dezembro de 2019.

Na pesquisa, vale destacar, não ficou claro quanto dessas execuções penais baixadas ou processos julgados em 2015, referiram-se a pessoas que tinham cumprido medida privativa de liberdade ou se foram consideradas também as restritivas de direito, ou ainda as hipóteses que apenas aplicada a pena de multa. Para o nosso estudo são relevantes os dados, uma vez que estaria esclarecida a taxa para reentradas no sistema prisional, ou seja, não apenas os casos que a pessoa recebe nova condenação, mas com exatidão o percentual de pessoas que retornaram ao sistema prisional.

Contudo, ainda assim, trata-se de um índice elevado que pode indicar que as políticas públicas não têm sido eficientes para obstar a reiteração criminosa, seja no acompanhamento e assistência à egressos, como também insuficientes no campo da prevenção ao crime, como exemplo aquelas voltadas para a educação e combate ao uso de drogas.

A observação conduz à reflexão da importância da atuação do Estado em políticas que devem se voltar tanto para a prevenção à iniciação criminosa, como também nos casos em que já se deu o início da vida no crime. Neste último caso, é preciso resgatar a pessoa o quanto antes, pois quanto mais se envolve e se consolida da prática criminosa, mais difícil é resgatá-la. E, uma vez que a pessoa tenha a experiência do cárcere, e quanto mais longo o período de

enclausuramento, mais se compromete a readaptação ao meio social, assim como maiores serão as alterações negativas na sua personalidade (JARRET).

Importa destacar que o presente trabalho não se filia ao posicionamento radical que propõe a extinção da pena de prisão ou do cárcere (BITTENCOURT, 2017), mas admite a existência de consequências maléficas do sistema punitivo, visto que acaba por gerar um agravamento da marginalização, com a diminuição das possibilidades de colocação e autonomia social.

Por esta razão, da mesma forma que não se pode trivializar a aplicação da pena privativa de liberdade e é preciso lançar mão de alternativas penais eficazes para crimes menos graves, sem descurar, por óbvio, da responsabilização e reabilitação, a complexidade do problema requer também ações pontuais que possam cooperar para minimizar vulnerabilidades sociais que estejam direcionando algumas pessoas às práticas criminosas.

### **3. Alguns exemplos de medidas de proteção sociais possíveis nas audiências de custódia**

Como registrado alhures, antes da solenidade da audiência de custódia a pessoa presa é submetida a uma entrevista preliminar e de acordo com o Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia (CNJ, 2020), esta entrevista deverá ser realizada por uma equipe multidisciplinar do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada<sup>4</sup>.

Esse atendimento social prévio satisfaz a necessidade de uma atuação anterior à solenidade, constituindo um marco do processo decisório jurisdicional, pois irá levantar informações que auxiliarão o juiz na tomada de decisão e apontará qual ou quais as medidas de proteção social são necessárias para atender à pessoa.

Um exemplo que podemos trazer à baila é de um possível caso em que no atendimento especializado constata-se que a pessoa está desempregada e a família enfrenta situação de miserabilidade. A equipe multidisciplinar irá então sugerir ao magistrado que delibere pelo encaminhamento ao CRAS para avaliar a situação e, se o caso, a inclusão em algum programa

<sup>4</sup> De acordo com o Protocolo I da Resolução CNJ nº 213/2015, nas Comarcas onde não existam as Centrais mencionadas, caberá à equipe psicossocial da vara realizar este atendimento. (Resolução CNJ Nº 213/2015, Protocolo I, item 3.1, III).

O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia assistencial. Também há casos de moradores de rua nos quais o Centro de Referência poderá não apenas tentar localizar a família, mas providenciar as passagens para que retorne ao lar.

O Manual de Proteção Social aponta algumas das condições pessoais e sociais que devem ser observadas e identificadas durante o atendimento:

- i. Pessoas idosas;
- ii. Pessoas com deficiência ou com doença crônica ou grave;
- iii. Pessoas em sofrimento psíquico ou com transtorno mental;
- iv. Pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas;
- v. Pessoas em situação de rua ou em condição socioeconômica que inviabilize o cumprimento de alguma medida cautelar;
- vi. Mulheres, em especial gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, portadores de doenças crônicas ou graves;
- vii. Pessoa pertencente à população LGBTQI+<sup>55</sup> e que, por algum motivo, esteja submetida a risco ou vulnerabilidade social em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero ou que necessite da garantia do direito ao uso de nome social na audiência, por exemplo;
- viii. Pessoas indígenas ou integrantes de outras comunidades tradicionais; e
- ix. Migrantes (CNJ, 2020, p. 40).

De fato, a entrevista preliminar e a proximidade do magistrado com a pessoa custodiada, torna-o hábil não apenas para prolatar uma decisão mais justa, mas também tratar de forma mais adequada e humanizada o caso concreto e em sua singularidade.

Com uma investigação apurada da situação pessoal e social do custodiado, é possível verificar as mais diversas vulnerabilidades, sejam elas imediatas (decorrentes do ato da prisão), ou já pretéritas. Uma vez identificadas, independentemente do resultado da solenidade (se permanecerá preso ou não), abre-se um canal que pode oportunizar acesso às políticas sociais por meio de medidas não judiciais<sup>5</sup>. Na esteira deste raciocínio, seja qual for a razão da colocação da pessoa em liberdade na audiência de custódia<sup>6</sup>, tendo sido identificada alguma vulnerabilidade

<sup>5</sup> As medidas de proteção social, são tidas como medidas não judiciais, pois não obrigam o Executivo, mas sinaliza ao órgão competente uma possível deficiência na cobertura de serviço/assistência do Estado. Também, em regra, não obriga a pessoa custodiada, pois fundamentam-se nos princípios da Autonomia, Consensualidade e Voluntariedade (CNJ, 2020, p. 42). Exceção ocorre nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar. Vide nota 8.

<sup>6</sup> Relaxamento da prisão; soltura com ou sem pagamento de fiança; liberdade com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas.

social, é dever do Judiciário dar encaminhamento ao órgão específico/competente, a fim de oportunizar providências que possam sanar ou minorar o problema daquele que está exposto à exclusão.

Os encaminhamentos ao Sistema Único de Assistência Social<sup>7</sup> não são os únicos encaminhamentos possíveis, pois há casos que é possível o encaminhamento: à Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS); às entidades filantrópicas de atendimentos e tratamentos de drogadição; aos Alcoólicos Anônimos<sup>8</sup>; grupos de apoio; ou ONGs por venturas existentes na comunidade.

Ou seja, as medidas de proteção social além de orientar o julgador na escolha das medidas cautelares diversas da prisão, possuem o potencial de contribuir na vida da pessoa custodiada, propiciando oportunidades para que não volte a se envolver com situações similares que culminaram na sua prisão.

Oportuno lembrar que, nos casos que a pessoa irá permanecer presa, a audiência de custódia também tem por finalidade garantir que irregularidades ocorridas sejam imediatamente sanadas, como a ausência de comunicação à família do preso, o acesso à medicação de uso contínuo ou não, atendimento médico, roupas, dentre outras providências como transferência entre unidades prisionais para segurança ou atendimento à opção sexual etc.

Nesta senda, é imperioso que haja a compreensão dos atores do sistema de justiça, quanto ao desígnio e fundamento deste olhar atento às particularidades individuais de cada preso e das deliberações, que não ampliam ou inovam a solenidade de apresentação no âmbito do Brasil.

Estes foram apenas alguns dos exemplos possíveis. A implementação desta funcionalidade dentro das Audiências de Custódia não apenas revelará outras medidas cabíveis, como indicará a necessidade de ampliação das ações que devem ser coordenadas entre os atores do sistema de justiça e serviços públicos e sociais, para que as medidas de proteção social sejam de fato viáveis

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília: 2005. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

<sup>8</sup> Em um caso que envolveu bebida alcoólica em um crime praticado no contexto de violência doméstica e familiar, o TJDF com fundamento no artigo 22 da Lei 11.340/2006, incluiu entre as medidas cautelares diversas da prisão, algumas das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Especial, tendo então sido impostas entre as cautelares a obrigatoriedade do: "...- início imediato de tratamento multidisciplinar no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; - frequentar reuniões dos Alcoólicos Anônimos; - não frequentar bares ou similares; ..." (TJ-DF 20170020191027 DF 0019943-41.2017.8.07.0000, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 05/10/2017, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 09/10/2017 . Pág.: 310/326)



O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia e não fiquem apenas nos encaminhamentos. E é aqui que está um dos grandes desafios que iremos tratar no item a seguir.

### *Desafios à efetividade das medidas de proteção social nas audiências de custódia*

É cediço que o poder judiciário não integra os entes responsáveis pela gestão das políticas públicas assistenciais, mas pode atuar de forma colaborativa, indicando os vulneráveis que chegam ao sistema de justiça. Essa intervenção oportuniza acesso à proteção para aqueles que não foram assistencialmente alcançados.

Para tanto, no tocante aos encaminhamentos de proteção social, para que sejam factíveis, é salutar que haja um diálogo interinstitucional e intersetorial (Judiciário e Executivo), como também uma atuação coordenada com a rede local, sem a qual resta comprometida a efetividade.

Ainda que os encaminhamentos do judiciário não subsistam na perspectiva de ingerência nas políticas públicas e, tão pouco, tratar-se-á de judicialização dos direitos sociais, é indispensável o diálogo e articulação para que se conheça e mapeie os serviços disponíveis, de modo que o judiciário possa efetivamente contribuir com rede de proteção social.

Um esforço interinstitucional com ação colaborativa dos atores pode potencializar a promoção do acesso a direitos, prestigiando a cidadania e fazendo a diferença substancial na vida das pessoas incidindo, por via reflexa, na prevenção de infrações penais.

Todavia, não é só essa medida, que aliás nada simples, que tornará profícua a providência judicial. Há também uma outra questão prévia que precisa ser suplantada. Lamentavelmente, ainda perdura um desconhecimento entre os próprios atores e colaboradores do sistema de justiça quanto à amplitude e o potencial das audiências de custódia, o que tem comprometido a plena eficácia. Por esta razão, mostra-se imperioso avançar o debate sobre as medidas de atenção assistencial e buscar o aprimoramento, tanto das deliberações como de um possível acompanhamento, para que haja uma efetiva contribuição na vida dessas pessoas.

Desafio também se instala dentro dos Tribunais de Justiça, pois a necessidade de equipe especializada para a etapa preliminar à solenidade de custódia por certo exigirá, em muitos casos, a contratação de novos servidores. Para além disso a funcionalidade deve ser praticada não apenas nas Capitais dos Estados, mas em todas as Comarcas e em todos os dias, pois há também audiências de custódias aos finais de semana e demandará o treinamento de servidores e magistrados.

Seguramente há outros desafios, mas não serão aqui elencados, pois o primordial restou clarificado que é relevância da promoção da proteção social nas audiências de custódia.

A título de sugestão, propomos que o Sistema de Audiências de Custódia do CNJ (SISTAC) disponibilize em relatórios, não apenas o quantitativo das audiências que tiveram medidas cautelares, mas também informações detalhadas quanto as audiências que tiveram encaminhamentos sociais. E ainda, que o sistema possibilite o acompanhamento dessas medidas de proteção social na própria plataforma, gerando assim base para estudo e aprimoramento.

Por derradeiro, pontuamos que, promover a proteção social aqui, tem o sentido de contribuir para que todos aqueles que precisam de ajuda tenham a oportunidade de recebê-la e isto está alinhado não apenas com os direitos e garantias constitucionais, mas também com direitos humanos.

#### **4. Considerações finais**

Quando a Suprema Corte de nosso país declarou na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, que o sistema prisional brasileiro vive um “Estado de Coisas Inconstitucional”, não apenas reconheceu a corresponsabilidade do judiciário no enfrentamento da situação, mas também atribuiu a si próprio o dever de adotar medidas para revertê-la. Assim, determinou, dentre outras providências, a obrigatoriedade de realizar a audiência de custódia no prazo máximo de 24 horas da prisão.

Mais que importar um instituto colombiano, a ação coletiva acabou por instituir um giro hermenêutico na atuação do magistrado quando do exame da prisão em flagrante, promovendo direitos fundamentais e aumentando o grau de *enforcement* do tratado internacional de direitos humanos.

Como abordado no presente estudo, as audiências de custódia inauguraram um novo tempo na justiça criminal. Notadamente, trouxeram imediatidade para o enfrentamento judicial de várias questões afetas ao sistema de justiça criminal, dentre as quais: a violência policial; a trivialização das prisões preventivas; o maior controle sobre a legalidade da prisão e racionalização da decisão do juízo, assim como da porta de entrada do sistema prisional; além das medidas de proteção social, sendo esta última o objeto central deste estudo.

Satisfazendo o primeiro problema da pesquisa, elucidou-se que, no exercício do controle de convencionalidade na ADPF 347, foram ampliadas a eficácia da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, decorrendo daí a introdução das medidas de proteção social. Asseverou-se, ademais, que tais medidas atendem não apenas a propósitos humanitários, mas também se encontram assentadas na determinação constitucional de garantir a dignidade e os direitos fundamentais às pessoas, inclusive os direitos sociais.

Por sua vez, a indagação quanto à relevância para o sistema de justiça da adoção das medidas de proteção social nas audiências de custódia, ficaram evidenciadas nos estudos que apontaram que as vulnerabilidades sociais constituem uma das importantes variantes que estão associadas não apenas à iniciação criminosa, mas também são propulsoras do circuito repetitivo do crime.

Seguidamente, ao abordar a problemática dos efeitos deletérios do sistema prisional, ficaram mais clarificadas as razões pela qual deve ser dada atenção às especificidades dos custodiados, constituindo a diligência em dever do sistema de justiça, que deve provocar o Estado para que as vulnerabilidades sejam socorridas e, aquele que é apresentado, encontre meios, enquanto há mais chances, de não voltar ao sistema.

Contudo, inobstante a resolução dos problemas de pesquisa, é essencial a difusão da especial aptidão da audiência de custódia, que embora constitua um dos atos judiciais mais complexos da atualidade, pois incrementa a atuação do magistrado, conferindo-lhe um papel de colaborador direto para a efetivação de direitos, inclusive sociais, tem-se na medida de proteção social, a potencialidade de refletir como medida de prevenção ao crime.

Dadas as inúmeras deliberações que podem e devem advir da solenidade, é premente a necessidade de ampliação do debate, não apenas para alcançar a plena compreensão do instituto, mas também dar conhecimento da rede de proteção e serviços disponíveis na localidade.

Para que as deliberações concernentes às medidas de proteção social alcancem a possibilidade de concretude, é necessária a aproximação do Poder Judiciário com o Executivo. Nesse sentido, para que sejam factíveis, é salutar o diálogo interinstitucional e intersetorial, como também uma atuação coordenada com a rede local, sem a qual resta comprometida a efetividade.

Um esforço interinstitucional com ação colaborativa dos atores pode potencializar a promoção do acesso a direitos, prestigiando a cidadania e fazendo a diferença substancial na vida das pessoas incidindo, por via reflexa, na prevenção de infrações penais.

## Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da Pena de Prisão*. Causas e Alternativas. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. *Provimento Conjunto nº 03/2015* de 22 de janeiro de 2015, DJE-SP de 27 de janeiro de 2015, Ano VIII, Ed. 1814, São Paulo. p. 1-2. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. *Código de Processo Penal*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 24 out. 2021.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000200002>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Audiência de Custódia*. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 20 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Manual de proteção social na audiência de custódia: Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi et al.* Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020a.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Manuais sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Sumário Executivo*. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Omega Research Foundation; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi et al. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020b.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Reentradas e reiterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros*. Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>. Acesso em 01 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Relatório da Audiência de Custódia 6 anos*. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf>. Acesso em 03 mar. 2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução 213, de 15 de dezembro de 2015*. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Brasília, CNJ, 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 20 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sumário Executivo. Manual de proteção social na audiência de custódia: Parâmetros para o serviço de atendimento à pessoa custodiada / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi et al.* Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020e.

FALEIROS, Vicente de Paula. Criminalidade, desigualdade social e penalização de adolescentes e jovens. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. 2021. p. 1-21. [doi.org/10.17808/des.0.1368](https://doi.org/10.17808/des.0.1368). Acesso: 23 abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 03 jul. 2022.

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA – IDDD (São Paulo). *Audiências de Custódia: Panorama Nacional*. São Paulo: Iddd, 2018. 87 p. Disponível em: [http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Audiencias-de-Custodia\\_Panorama-Nacional\\_Relatorio.pdf](http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Audiencias-de-Custodia_Panorama-Nacional_Relatorio.pdf). Acesso em: 9 dez. 2021.

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA (São Paulo). *Prisão como regra: Ilegalidades e Desafios das Audiências de Custódia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Iddd, 47 p. 2020. Disponível em: [https://iddd.org.br/wp-content/uploads/2020/11/prisacc83o-como-regra\\_final.pdf](https://iddd.org.br/wp-content/uploads/2020/11/prisacc83o-como-regra_final.pdf). Acesso em 09 dez. 2021.

JARRET, C. How prison changes people. *BBC Future*. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20180430-the-unexpected-ways-prison-time-changes-people>. Acesso em: 21 mai. 2022.

LANFREDI, L. G. fala no ciber evento *A proteção social logo após a detenção: experiências no Brasil e no México - Reflexões a partir do programa Fazendo Justiça* (Brasil), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça com o Unodc e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil realizado em 18 mar. de 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=U6\\_\\_BE2uGMA](https://www.youtube.com/watch?v=U6__BE2uGMA). Acesso em 03 jul. 2022.

LIRA, Y. T. Audiência de Custódia e a Tutela Coletiva dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Disponível em: *LEXMAX: revista do advogado*. (pp. 05-16). Comissão do Jovem Advogado da OAB/PB: João Pessoa. Ano I, n. 3, 2015. Disponível em: <http://yulgan.blogspot.com/2015/11/audiencia-de-custodia-e-tutela-coletiva.html>. Acesso em 23 abr. 2022.

MISSE, M. et al. *Quando a polícia mata: homicídio por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. da. A relação entre vulnerabilidade social e violência numa perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública – Rebsp*, Coleção Conde dos Arcos - Segurança Pública. v. 14 n. 1. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v14i1.507>. Acesso em: 29 mar. 2022.

OCAMPOS, L. *Audiências de Custódia - a presença como direito fundamental*. Belo Horizonte: D'Plácido. 280p. 2022.

PANADERO-HERRERO, S.; MUÑOZ-LOPES, M. Salud, calidad de vida y consumo de sustancias en función del tempo en situación sin hogar. *Anales de psicología*, v. 30, n. 1, p. 70-77. 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.30.1.137911>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *ADPF 347*. Relator Ministro Marco Aurélio. DJE. 20.08.2015. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 17 set. 2021.

TORRES, J. C.; MORAES, J. C.; ALVES, W. L.; OLIVEIRA, Z. G. O “Trampolim” para a Redução da Criminalidade Juvenil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira - RJLB*, Ano VIII, n. 3, p. 923-943. 2022. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/3/20220309230943.pdf>. Acesso em 21 abr. 2022.

VIANNA, G. R. Desigualdade e Segregação: engrenagens para o circuito repetitivo do crime. *Punição e Prisão: Ensaio Críticos* / Francisco Ramos de Farias, Lobélia da Silva Faceira, organizadores - Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 105-122. 2015.

.